

Prefácio

QVAM BENE SATVRNO VIVEBANT REGE. UTOPIAS DA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

Durante o ano lectivo de 2007/2008, o seminário de Problemáticas da Antiguidade Clássica, unidade curricular do Mestrado em História Antiga da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi dedicado às *Utopias da Antiguidade Clássica*.

Vários são os textos clássicos em que descortinamos rasgos utópicos ou tentativas de formulação, composição e descrição de um admirável mundo novo, desde a tradição homérica e a lírica arcaica aos escritos de Luciano de Samósatos, passando por Hesíodo, Píndaro, Aristófanes, Platão, Xenofonte, Aristóteles, Varrão, Vergílio, Ovídio, Séneca, Josefo, Tácito, Juvenal e Díon de Prusa. Isto significa que o utópico, na Antiguidade, não é necessariamente um género por si mesmo, mas que acontece em passos literários semeados pela epopeia, pela lírica, pela tragédia e pela comédia, pelo tratado filosófico, pela historiografia e pelo romance. O passo do poeta romano Tibulo citado em título é um exemplo dessa realidade¹. Caberá, portanto, ao historiador interessado pela História das Ideias da Antiguidade Clássica pesquisar nos vários filões que tem ao seu dispor os vestígios preciosos para a sistematização do que podemos sem dúvida chamar de «pensamento utópico» e analisá-lo à luz do enquadramento e do contexto político-sócio-económico-cultural da época referida.

Em todo este *corpus* podemos encontrar aquilo a que alguns autores chamaram já a «tópica utópica»², isto é, os temas comuns ou passíveis de encontrar nas várias formulações de natureza utópica, e que são as descrições geográficas e climatéricas, a linguagem, a etnografia e os regimes políticos. Quem não se recorda

¹ *Quam bene Saturno uiuebant rege*, «Que bem se vivia no reino de Saturno», Tibulo – *Elegias* 1, 3, 35.

² J. Lens Tuero, J. Campos Daroca – *Utopias del Mundo Antiguo. Antología de textos*. Madrid, 2000, p. 43.

das descrições da ilha de Calipso, Ogígia, na *Odisseia*, ou das propostas platónicas para a república ideal?

Os veios do «não lugar» ou do «lugar desconhecido» perpassam também a historiografia clássica, na sua faceta «primitivista», em que a ideia social pode ser localizada como que num estádio primitivo do desenvolvimento; na sua faceta «política», em que o centro da narrativa historiográfica se define pela figura de um rei e do seu reino; e na sua faceta «exemplar», quando as imagens referenciais dos estados gregos são oferecidas como matrizes de um governo ideal. Do mesmo modo, passam perante os nossos olhos várias formas de definir a utopia: aquela que alguns consideram ser a «utopia de evasão», essencialmente descritiva, cuja fisionomia privilegiada é a representação da condição paradisíaca, e que frequentemente remete para as célebres descrições da «Idade de Ouro», evocando sobretudo a abundância e materializando-se através de relatos fabulosos e fantasistas; e aquela que resulta da verificação das deficiências do quotidiano e do presente, originando uma «utopia construtiva» ou política e, por consequência, um programa de acção e decisão humanas³.

Foi com base neste panorama e nas fontes disponíveis que desafiámos cerca de duas dezenas de mestrandos da Universidade de Lisboa a reflectir sobre o pensamento utópico na Antiguidade Clássica. Os trabalhos que ora se publicam resultam dessa experiência, tratando-se apenas de alguns dos bons resultados que obtivemos. Neles podemos encontrar reflexões sobre a *polis* grega do século V a.C., através da comédia aristofânica e das propostas platónicas, mas também sobre a vida rural em plena génese imperial romana, ou ainda sobre as possibilidades da organização social sob a égide do religioso e da inspiração judaica no período greco-romano. Tendo em conta a inegável matriz greco-romana da civilização ocidental, incluindo ainda os pilares ditos judeo-cristãos nela definidos, com estes estudos se confirma a persistência do espírito humano em buscar o sentido da vida aliado a uma ideia de bem-estar físico e psicológico. Na verdade, cremos poder afirmar que se trata de ideias milenares nas quais todos ainda nos reconhecemos, quer como agentes da demanda quer como

³ J. Lens Tuero; J. Campos Daroca – *Utopias del Mundo Antiguo. Antología de textos*. Madrid, 2000, p. 12-13; M.I. Finley – Utopianism Ancient and Modern. In K.H. Wolff; B. Moore Jr. (eds.) – *The Critical Spirit. Essays in honor Pf. H. Marcuse*. Boston, 1967, p. 3-20; J. Ferguson – *Utopias of the Classical World*. London, 1975.

usufrutuários do deleite para o espírito que são, o que justificará sempre todas as reflexões e análises que delas possamos fazer.

Nuno Simões Rodrigues
Professor da Universidade de Lisboa